

Integridade em pesquisa: quais caminhos devemos seguir?

Research integrity: which way should be followed?

La integridad en la investigación: ¿Cuáles caminos debemos seguir?

Dulce Aparecida Barbosa¹
Emiko Yoshikawa Egry²
Ivone Evangelista Cabral³

1. Professora Associada e Livre Docente da Escola de Enfermagem da UNIFESP. Editora Chefe da Revista Brasileira de Enfermagem e Editora Associada da REEUSP.

2. Professora Titular do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Editora Científica da Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

3. Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno Infantil. Escola de Enfermagem Anna Nery. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Editora de Escola Anna Nery Revista de Enfermagem.

A 4ª Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa (4th WCRI), que ocorreu no Rio de Janeiro em maio de 2015, trouxe à comunidade científica nacional e internacional temas que ensejaram profundas reflexões e preocupações, tendo em vista a dimensão das questões postas.

Os atores envolvidos neste processo - instituições de fomento, instituições de pesquisa, universidades, grupos de pesquisa, pesquisadores, autores, pareceristas e editores - precisam ser esclarecidos dos seus respectivos papéis visando a cultura da integridade na pesquisa. No Brasil, poucas instituições têm disponibilizado ferramentas para pesquisadores detectarem "má conduta" podendo ser esta intencional ou não.

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) se antecipou com o lançamento em 2011 do Código de Boas Práticas da Fapesp¹ e mais recentemente o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) disponibilizou as recomendações e diretrizes em projetos financiados pela agência².

Para as Universidades urge a necessidade de adoção de políticas esclarecedoras sobre as sanções impostas à má conduta como falsificação e fabricação de dados, plágio, autoplágios, manipulação de imagem e outras. Cabe às instituições fomentar a constituição de comissão de integridade em pesquisa, para julgar se houve dolo e determinar qual a conduta adequada para esses casos, considerando a ética que rege a comunidade científica³.

No Canadá, se um pesquisador cometer uma infração grave fica proibido de receber fomento de agências de pesquisa por tempo indeterminado e toma ciência desta punição previamente ao início da pesquisa⁴. A transparência neste processo é fundamental.

A primeira atitude coerente frente a este panorama de supercompetição e incentivos perversos que podem induzir deslizes não desejáveis para a credibilidade da ciência seria um investimento em programa educacional compulsório aos alunos de graduação, pós graduação e pesquisadores a exemplo do programa europeu Epigeum⁵ utilizado por mais de 230 universidades de mais de 27 países ou o programa americano, da Universidade de Miami, o Collaborative Institutional Training Initiative (CITI)⁶.

A Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Professora Dra Helena Nader⁷, durante a abertura da 4th WCRI chamou a atenção para além do ambiente universitário e ressaltou "a necessidade de se trabalhar este tema desde o ensino médio que pelo uso das tecnologias muitos alunos copiam texto da internet, sem nenhuma citação e os reproduzem na íntegra sem saber que aquilo se constitui plágio".

Desta forma, precisamos ser pró-ativos e as ações devem preceder o produto final ou seja a divulgação dos resultados da pesquisa traduzida nos artigos.

É também importante salientar que erros fazem parte da produção da ciência, porém resultados negativos são raramente publicados, por exemplo, quando se refere a ensaios clínicos, 50% não são publicados⁸. Uma conceituada revista internacional de especialidade mostrou, em estudo recente, que apenas 6/53 dos métodos publicados são replicáveis.

É interessante de saber também que: 25% dos plágios são identificados 6 meses após a publicação e 80% três anos após. A maioria dos deslizes é ocasionado por sérios erros de interpretação estatística, 21% plágio ou autoplágio, 10% publicação duplas, 7% múltiplos problemas e 4% outros eventos. Para reflexão: dentre os 40% dos erros considerados sérios nas publicações em 23 ocasiões ocorreu por falsificação/fabricação de dados, em 13 vezes ocorreu a manipulação de imagens, problemas legais ou sem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa⁸.

Quem mais detecta as ilegalidades nas publicações em 75% dos casos são os editores, 50 % os autores plagiados, em apenas um caso o Publisher e em outro a Instituição do autor⁸. Os pareceristas têm papel fundamental nesta responsabilidade que deve ser compartilhada com o editor, ficando atentos a este panorama e apontando ao editor qualquer suspeita de má conduta no artigo revisado.

Como solução parcial as editoras PLOS ONE e f1000 inovaram com o processo totalmente aberto onde o artigo fica disponível online, todos envolvidos podem dar seu parecer (inclusive experts voluntários), apontar problemas visando a melhoria do artigo ou detectando falhas. A finalidade é o controle social da pesquisa. Talvez este seja o caminho para minimizar as graves conseqüências da falta de integridade e da má conduta. O mundo precisa avançar mais e o Brasil precisa incentivar estes “cuidados” as boas práticas em pesquisa^{9,10}.

Em síntese o que podemos fazer para incrementar as ações rumo à Integridade na Pesquisa:

- a) fomentar a formação de comissão institucional de integridade em pesquisa que deve construir projetos que visam à formação de pesquisadores de todos os níveis e os orientadores acerca do tema;
- b) instalar cursos de diferentes níveis e obrigatórios a todos os que desenvolvem atividades de pesquisa;
- c) implementar uma política de integridade em pesquisa no âmbito da saúde, educação, abrangendo as instituições de ensino, de pesquisa e periódicos científicos.

A Enfermagem, pelo seu *ethos* profissional, tem o dever de cuidar da integridade em pesquisa, tal como tem na assistência e no cuidado.

REFERENCES

1. The State of São Paulo Foundation for Research Support - FAPESP. FAPESP's Code for Good Research Practices [2011]. São Paulo (BRA): FAPESP. 2014. Available from: http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Code_of_Good_Scientific_Practice_2014.pdf
2. Brazilian National Research Council for Scientific and Technological Development - CNPq. Directives [CNPq's Directives for Research Integrity]. Available from: <http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>
3. Committee on Publication Ethics - COPE. Cooperation between Research Institutions and Journals on Research Integrity Cases: Guidance from the Committee on Publication Ethics [2012]. Available from: http://publicationethics.org/files/Research_institutions_guidelines_final.pdf
4. Canada (CAN). Panel on Responsible Conduct of Research. The RCR framework. (2011). Tri-Agency framework: Responsible Conduct of Research. Available from: <http://www.rcr.ethics.gc.ca/eng/policy-politique/framework-cadre/>
5. Outstanding higher education courseware through global collaboration. Available from: www.epigeum.com
6. Collaborative Institutional Training Initiative at the University of Miami. Available from: www.citiprogram.org
7. Brasil deve estabelecer acordos com diversos países para assegurar ambiente de integridade da pesquisa em colaborações internacionais. *Jornal da Ciência* (São Paulo). 2015 jun 2. Disponível: <http://www.jornaldaciencia.org.br/brasil-deve-estabelecer-acordos-com-diversos-paises-para-assegurar-ambiente-de-integridade-da-pesquisa-em-colaboracoes-internacionais/>
8. Fang FC, Steen RG, Casadevall A. Misconduct account for the majority of retracted scientific publications. *Proc Natl Acad Sci U S A* [Internet]. 2012; [cited 2015 June 16];109(42):17028-33. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3479492/>
9. PLOS ONE. Available from: www.plosone.org
10. F1000Research Open for Science. Available from: www.f1000research.com